

## Alerta Legislação nº 20, de 11 a 16 maio 2026

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **LEI Nº 15.404, DE 8 DE MAIO DE 2026**

Dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados no território nacional.

### Governo do Estado de São Paulo

#### **DECRETO Nº 70.592, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Cria e organiza, no Gabinete do Governador, a Gerência de Apoio do Jaguaré, com vistas ao acompanhamento das medidas e providências necessárias ao atendimento das vítimas e restauração da área atingida pelo acidente ocorrido em 11 de maio de 2026.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/05/2026	<b><u>LEI Nº 15.408, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b> Institui, em âmbito nacional, o Julho <i>Neon</i> como mês da saúde bucal.
14/05/2026 (Ed. extra)	<b><u>DECRETO Nº 12.974, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 12.930, de 15 de abril de 2026</a> , que regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo - GLP, de que trata a <a href="#">Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026</a> , e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da <a href="#">Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026</a> , e

	define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo.
<b>13/05/2026 (Ed. extra)</b>	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.358, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b> Autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio, e altera <a href="#">Medida a Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026</a> .
<b>13/05/2026</b>	<b><u>DECRETO Nº 12.970, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
<b>12/05/2026 (Ed. extra)</b>	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.357, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b> Altera o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980</a> , que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais.
<b>12/05/2026</b>	<b><u>LEI Nº 15.407, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008</a> , para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</a> (Código Penal), e a <a href="#">Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984</a> (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica.  <b><u>LEI Nº 15.406, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b> Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19.
<b>11/05/2026</b>	<b><u>LEI Nº 15.405, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b> Reconhece a atividade circense brasileira como manifestação da cultura e da arte popular em todo o território nacional.  <b><u>LEI Nº 15.404, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b> Dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados no território nacional.  <b><u>LEI Nº 15.403, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b> Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e altera a <a href="#">Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018</a> , para dispor sobre o apoio às iniciativas da sociedade organizada no

	<p>âmbito do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).</p> <p><b><u>DECRETO Nº 12.964, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023</a>, que dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos.</p>
<p><b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b></p>	<p><b><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2026</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a <a href="#">Medida Provisória nº 1.325, de 24 de novembro de 2025</a>, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no valor de R\$ 190.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de maio de 2026.  Brasília, 8 de maio de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2026</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.344, de 19 de março de 2026</a>, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Brasília, 8 de maio de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2026</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.343, de 19 de março de 2026</a>, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a <a href="#">Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018</a>, para criar a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT, e para dispor sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Brasília, 8 de maio de 2026  <b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>

	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2026</u></b></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da <a href="#">Constituição Federal</a>, com a redação dada pela <a href="#">Emenda Constitucional nº 32, de 2001</a>, a <a href="#">Medida Provisória nº 1.342, de 17 de março de 2026</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ministério das Cidades; de Encargos Financeiros da União; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.305.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 8 de maio de 2026</p> <p><b>Senador DAVI ALCOLUMBRE</b> Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b> <b><u>PORTARIA SDA Nº 1.624, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Institui o Comitê Permanente de Análise de Impacto, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b> <b><u>PORTARIA MCTI Nº 10.064, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Institui o Grupo de Trabalho de Inovação para o Setor Mineral (GT-ISM) com o objetivo de elaborar e propor o Programa Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Extensionismo Tecnológico e Inovação para o Setor Mineral (Programa Inova+Mineral).</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b> → Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil <b><u>RESOLUÇÃO CG-FIES Nº 66, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a renegociação de dívidas relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.</p>
<p><b>Ministério da Fazenda</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MF Nº 1.342, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Altera a Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, que estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980</a>.</p> <p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF</b> → Diretoria Executiva Fundos de Governo</p>

	<p><b><u>CIRCULAR Nº 1.114, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b> Divulga o cronograma de disponibilização de serviços ao trabalhador necessários à operacionalização do uso do FGTS no âmbito do Novo Desenrola Brasil, <a href="#">Medida Provisória 1.355, de 04 de maio de 2026</a>; Publica o Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Saque Extraordinário do FGTS no âmbito do Programa Novo Desenrola Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.355, de 04 de maio de 2026;</p> <p><b>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.303, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b> Altera normas da Seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural - MCR.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MJSP Nº 1.173, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b> Institui o Comitê Executivo Federal da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia.</p>
<p><b>Ministério da Pesca e Aquicultura</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MPA Nº 690, DE 12 MAIO DE 2026</u></b> Institui o Comitê de Uso Compartilhado do Mar no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MPS Nº 822, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b> Estabelece, para o mês de maio de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 11.179, DE 12 DE MAIO DE 2026(*)</u></b> Atualiza o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), altera atributos de procedimentos e estabelece incremento financeiro para procedimentos de Tratamentos Especializados em Nefrologia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 88, de 13 de maio de 2026, Seção 1, páginas 96 a 98, com incorreções no original.</i></p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 11.178, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b> Altera a Portaria GM/MS nº 7.307, de 25 de junho de 2025, para dispor sobre as regras para adesão de estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos, e para o funcionamento do Componente de Créditos Financeiros do Programa "Agora Tem Especialistas".</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b> ↳ Diretoria Colegiada (DC)</p>

	<p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 442, DE 7 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa - IN nº 289, de 20 de março de 2024, para atualizar os requisitos do procedimento otimizado de análise com utilização de Autoridade Regulatória Estrangeira Equivalente (AREE).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.023, 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e alterações na Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 1.013, de 30 de janeiro de 2026 e na Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 1.015, de 2 de fevereiro de 2026.</p> <p><b><u>INSTÂNCIA NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA RESOLUÇÃO - RCI Nº 2, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe, em caráter transitório, sobre os procedimentos e os requisitos para a acreditação de Comitês de Ética em Pesquisa no âmbito do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.</p> <p><b><u>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE PORTARIA SAES/MS Nº 4.105, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a operacionalização do incremento financeiro para hospitais privados com ou sem fins lucrativos na Terapia Renal Substitutiva, modalidade hemodiálise, na forma da Portaria GM/MS nº 7.307, de 25 de junho de 2025, e da Portaria GM/MS nº 11.179, de 12 de maio de 2026.</p> <p><b><u>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE PORTARIA SCTIE/MS Nº 25, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o sequenciamento de nova geração (NGS) para identificação de mutação nos genes BRCA1/2 em mulheres com câncer de mama.</p>
<p><b>Ministério das Comunicações</b></p>	<p><b><u>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA MCOM Nº 22.651, DE 6 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a exploração dos serviços postais de logística integrada, serviços postais eletrônicos, serviços postais financeiros e serviço móvel pessoal por meio de rede virtual - RRV-SMP, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b><u>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MMA Nº 3, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a proporção mínima de óleos e gorduras residuais - OGR nas matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel, combustível sustentável de aviação - SAF e diesel verde, nos termos da Resolução CNPE nº 13, de 10 de dezembro de 2024.</p>

	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANP Nº 1.002, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a Resolução ANP nº 1.000, de 30 de abril de 2026, que regulamenta a metodologia de cálculo do preço de referência para a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, instituída pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026</a>, e pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026</a>, e à importação de gás liquefeito de petróleo (GLP), instituída pela Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO ANP Nº 1.001, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a Resolução ANP nº 852, de 23 de setembro de 2021, que regulamenta o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, seu armazenamento, sua comercialização e a prestação de serviço e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MDS Nº 1.186, 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Institui o II Prêmio de Inclusão Socioeconômica no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 235, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre princípios, diretrizes e parâmetros para regionalização dos serviços de proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na provisão do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens e Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 234, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Define, caracteriza e estabelece parâmetros quanto ao processo de integração e inclusão ao mundo do trabalho justo e digno para o público da política de assistência social.</p> <p><b>SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SAGICAD/SNBA Nº 1, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b>  Estabelece orientações técnicas sobre os procedimentos para inclusão e atualização cadastral dos requerentes e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e suas famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF Nº 172, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Regulamenta o § 14 do art. 3º da <a href="#">Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026</a>, que autoriza a destinação de recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a pessoas</p>

	físicas ou jurídicas de direito privado para aquisição de caminhões, caminhões-tratores, ônibus, micro-ônibus ou implementos rodoviários.
<b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 178, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; da Dívida Pública Federal; e do Banco Central do Brasil, crédito suplementar no valor de R\$ 10.237.850.545,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 173, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, e da Advocacia-Geral da União, crédito suplementar no valor de R\$ 515.627.121,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 170, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a revisão ordinária do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027.</p>
<b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO-COFFITO Nº 654, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Aprova o Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-COFFITO Nº 653, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Aprova o Código de Ética e Conduta no âmbito do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO e dá outras providências.</p> <p><b>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.458, DE 16 DE ABRIL DE 2026</u></b>  Normatiza o uso do fenol para fins médicos visando garantir a segurança do paciente.</p>
<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOE-SP</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>15/05/2026</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 70.619, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p>

14/05/2026

**DECRETO Nº 70.607, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas.

(...)

Artigo 1º - Ficam transferidos os cargos providos e a função-atividade preenchida constantes do Anexo I, bem como os cargos vagos constantes do Anexo II, ambos integrantes deste decreto.

(...)

**DECRETO Nº 70.606, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Altera os [Decretos nº 48.867, de 10 de agosto de 2004\(\\*\)](#), e [nº 41.150, de de 13 de setembro de 1996\(\\*\\*\)](#).

*(\*) Regulamenta a Lei nº 11.688, de 2004, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP*

*(\*\*)Atribui ao Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED a gestão do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-Estrutura, institui a Secretaria Técnica e Executiva no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização e dá providências correlatas*

**DECRETO Nº 70.605, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas.

(...)

Artigo 1º - Ficam transferidos os cargos providos e a função-atividade preenchida constantes do Anexo I, bem como os cargos vagos constantes do Anexo II, ambos integrantes deste decreto.

(...)

**DECRETO Nº 70.604, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Oficializa, sem ônus para os cofres públicos, a "Medalha Combatente Adelino Ramos", instituída pela Sociedade Veteranos de 32 - M.M.D.C. - Núcleo Jarinu e dá providências correlatas

**DECRETO Nº 70.602, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Institui a Medalha do "Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Dois" e dá providências correlatas

**DECRETO Nº 70.601, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

**DECRETO Nº 70.600, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Revoga os [Decretos nº 9.713, de 19 de abril de 1977](#), e [nº 19.941, de 19 de novembro de 1982](#), que tratam da profilaxia da oftalmia neonatal com a aplicação de nitrato de prata (AgNO<sub>3</sub>) a 1% nos sacos conjuntivais dos recém-nascidos (Método Credé), imediatamente após o nascimento, no Estado de São Paulo.

**DECRETO Nº 70.599, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Pessoal - SGP e dá providências correlatas.

**DECRETO Nº 70.598, DE 13 DE MAIO DE 2026**

Dispõe sobre a criação de Comitê Estadual da Copa do Mundo Feminina de 2027 e dá providências correlatas.

**DECRETO Nº 70.596, DE 13 DE MAIO DE 2026**

	<p>Regulamenta o disposto no §2º do artigo 5º da <a href="#">Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015</a>, que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.595, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 66.675, de 20 de abril de 2022</a>, que atribui competência para os fins que especifica.  (...)  Artigo 1º - Os dispositivos adiante relacionados do <a href="#">Decreto nº 66.675, de 20 de abril de 2022</a>, passam a vigorar com a seguinte redação:  (...)</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.594, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 70.091, de 12 de novembro de 2025</a>, que dispõe sobre a apresentação das declarações de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos, sobre a publicidade das declarações de bens e direitos das autoridades da Administração Direta e Indireta e sobre o procedimento de apuração preliminar de evolução patrimonial de agentes públicos e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.593, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 70.435, de 10 de março de 2026</a>, que regulamenta o artigo 22 da <a href="#">Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023</a>, dispõe sobre férias do servidor nomeado para cargo em comissão (CCESP) ou designado para função de confiança (FCESP), altera o <a href="#">Decreto nº 53.325, de 15 de agosto de 2008</a></p> <p><b><u>DECRETO Nº 70.592, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b>  Cria e organiza, no Gabinete do Governador, a Gerência de Apoio do Jaguaré, com vistas ao acompanhamento das medidas e providências necessárias ao atendimento das vítimas e restauração da área atingida pelo acidente ocorrido em 11 de maio de 2026.</p>
<p><b>12/05/2026</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 70.591, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 67.683, de 3 de maio de 2023</a>, que institui o Plano Estadual de Promoção de Integridade, para reorganizá-lo sob a denominação de Política Paulista de Promoção da Integridade - PPPI, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b></p>
<p><b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SAA Nº 29 DE 06 DE MAIO DE 2026</u></b>  Reconhece o processo de Indicação Geográfica da "Cachaça de Alambique do Circuito das Águas Paulista" e aprova a Nota Técnica referente ao Instrumento Oficial de Delimitação da Área Geográfica.</p>

<p><b>Casa Civil (CC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 2, de 16 de abril de 2026, que define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativo à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Fazenda e Planejamento para o exercício de 2025.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CC-6, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2025, para a Casa Civil e para o Fundo Social de São Paulo - FUSP.</p>
<p><b>Secretaria de Comunicação (SECOM)</b></p>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SECOM Nº 07, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2025.</p>
<p><b>Controladoria Geral do Estado (CGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CGE Nº 012, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2025, para a Controladoria Geral do Estado.</p>
<p><b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SDE Nº 38/2026</u></b>  Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2025.</p>
<p><b>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 18-2026</u></b>  Dispõe sobre a divulgação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados, da Bonificação por Resultados, para o exercício de 2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 34, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR, do exercício de 2025, para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 33, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de</p>

	<p>Confiança da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, constante do Anexo II do <a href="#">Decreto nº 69.760, de 31 de julho de 2025</a>, nos termos do § 2º do artigo 20 do <a href="#">Decreto nº 68.742/2024</a>.</p>
<p><b>Secretaria da Educação (SEDUC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 55, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a criação e a organização do Projeto Educação &amp; Cultura SP nas escolas da rede estadual de ensino</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 54, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a <a href="#">RESOLUÇÃO SEDUC nº 6, de 14 de janeiro de 2025</a>, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das unidades escolares no âmbito do Programa Ensino Integral (PEI) e dá outras providências</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 53, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a Matriz de Competências e Habilidades e referenciais bibliográficos requeridos como exigências qualitativas nos Processos Seletivos Simplificados - PSS para a função de Professor de Ensino Fundamental e Médio - PEFM e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 51, DE 12 DE MAIO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a prorrogação excepcional do prazo para encaminhamento das prestações de contas dos recursos repassados no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, referentes ao exercício de 2025 e aos exercícios anteriores</p>
<p><b>Secretaria de Esportes (SESP)</b></p>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SESP Nº 12 DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b>  Publica a Nota Técnica de Apuração de Resultados com o Índice de Apuração de Cumprimento de Metas - IACM referente ao ano de 2025 para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR aos integrantes da Secretaria de Esportes, conforme dispõe o inciso II do artigo 7º da Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 2, de 16 de abril de 2026.</p>
<p><b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b>  Altera a Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 2, de 16 de abril de 2026, que define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativo à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Fazenda e Planejamento para o exercício de 2025.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP-06, DE 11-05-2026</u></b>  Fixa data inicial para destinação e o montante máximo (limite global) de recursos para apoio financeiro a projetos culturais no âmbito do Programa de Ação Cultural - PAC e a projetos desportivos no âmbito do Programa de Incentivo ao Esporte - PIE no exercício de 2026.</p>

<b>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Altera a Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 2, de 16 de abril de 2026, que define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativo à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Fazenda e Planejamento para o exercício de 2025.</p>
<b>Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  ↳ Subsecretaria do Meio Ambiente  <b><u>PORTARIA SMA Nº 17, DE 11 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Altera dispositivo da <a href="#">Portaria SMA nº 66, de 11 de novembro de 2025</a>, que estabelece o protocolo sanitário para aves continentais com o objetivo de destinação para soltura, a ser realizado pelos empreendimentos de fauna.</p>
<b>Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA N.º 18/2026.</u></b></p> <p>Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas-IACM da Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2025.</p>
<b>Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Políticas para a Mulher, constante do Anexo II do Decreto do <a href="#">Decreto nº 69.430, de 20 de março de 2025</a>, nos termos do § 2º do artigo 20 do <a href="#">Decreto nº 68.742/2024</a>.</p>
<b>Secretaria da Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 92, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a abril de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 91, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a abril de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE).</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 90, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a abril de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 89, DE 14 DE MAIO DE 2026</u></b> Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM, relativo à Bonificação por Resultados – BR, do exercício de 2025, para a Secretaria de Estado da Saúde.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 88, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a organização do cuidado em telessaúde no âmbito das unidades de saúde sob gestão estadual do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 85, DE 10 DE MAIO DE 2026</u></b> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Bauru nos termos especificados, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 86, DE 10 DE MAIO DE 2026</u></b> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 82, DE 8 DE MAIO DE 2026</u></b> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recurso do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente aos medicamentos não entregues e não programados por meio do Programa Dose Certa no 3º trimestre, para os municípios, no exercício do ano de 2025, e dá outras providencias.</p> <p><b>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 53/2026</u></b> Considerando a Resolução de Consolidação CIT nº 01, de 30/03/2021 que consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, do Sistema Único de Saúde – SUS (Origem: Resolução CIT nº 13, de 23/02/2017, que dispõe sobre as diretrizes para o Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS);</p>
<p><b>Publicação DOE Legislativo</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>
<p><b>15/05/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 465/2026, DE 15/05/2026</u></b> Cria a Política de Proteção ao Aluno e ao Professor e de Promoção da Convivência Escolar – PACE, no âmbito do Estado de São Paulo.</p>

	<p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 464/2026, DE 15/05/2026</u></b> Cria a Política de Valorização da Produção Agropecuária Regional na Alimentação Escolar, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 462/2026, DE 15/05/2026</u></b> Estabelece o uso de tornozeleiras cor de rosa para agressores enquadrados em crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 460/2026, DE 15/05/2026</u></b> Dispõe sobre o direito do hóspede de não aderir à Ficha Nacional de Registro de Hóspedes Digital (FNRH Digital), obriga os meios de hospedagem no Estado de São Paulo a disponibilizar método alternativo de registro, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 459/2026, DE 15/05/2026</u></b> Altera a Lei nº <a href="#">15.661, de 9 de janeiro de 2015</a> – Lei Lucas – para acrescentar novo artigo criando a Semana da Conscientização de Manobras para Engasgo e de Paradas Cardiorrespiratórias, em complemento ao Programa de Lições de Primeiros Socorros na rede escolar em todo o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 457/2026, DE 15/05/2026</u></b> Dispõe sobre a organização e utilização de sanitários, vestiários e espaços de uso coletivo segregados por sexo biológico, com o objetivo de assegurar a proteção da intimidade, da privacidade, da dignidade e da segurança das mulheres em ambientes coletivos no Estado de São Paulo.</p> <p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b> <b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2026, DE 15/05/2026</u></b> Estabelece critérios para os índices de participação dos Municípios paulistas na parcela da receita do ICMS pertencente aos Municípios, revoga disposições regulamentares incompatíveis, institui regras de transição, mecanismos de compensação e dá providências correlatas.</p>
<p><b>14/05/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 456/2026, DE 14/05/2026</u></b> Reconhece o Afroturismo como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 454/2026, DE 14/05/2026</u></b> Institui a Bonificação Compensatória de Efetivo (BCE) aos policiais militares e policiais civis do Estado de São Paulo em efetivo exercício em Organizações Policiais Militares classificadas como órgãos de execução e em unidades policiais civis que apresentem déficit de efetivo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 453/2026, DE 14/05/2026</u></b> Dispõe sobre diretrizes de proteção patrimonial aplicáveis às universidades públicas estaduais, observada a autonomia universitária.</p>

<p style="text-align: center;"><b>13/05/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 452/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a carga horária das aulas de Educação Física no currículo escolar do ensino fundamental e médio nas Escolas de jornada de Tempo Integral</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 451/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Institui diretrizes para a criação, implementação e incentivo de Núcleos de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, denominados Conselhos Tutelares da Pessoa Idosa, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 450/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de rodovias estaduais de arcar com as despesas médicas decorrentes do atendimento hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito ocorridos nos trechos sob sua gestão.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 449/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Institui a Política Estadual "Sorriso Feliz", de fortalecimento da atenção primária à saúde bucal na primeiríssima infância e primeira infância, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 448/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Estabelece critérios para a declaração de caducidade de concessões de serviços públicos no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 447/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Autoriza a criação do Programa Estadual de Fortalecimento e Universalização das Bibliotecas Escolares na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 446/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Dispõe sobre diretrizes para a implementação do Protocolo de Mobilidade Unificada para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2026, DE 13/05/2026</u></b>  Extingue e cria cargos no Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualiza as disposições da <a href="#">Lei Complementar nº 1.272/2015</a> e dá demais providências correlatas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>12/05/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 445/2026, DE 12/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a requisição prévia e fundamentada pela Reitoria para a atuação da Polícia Militar em manifestações estudantis no âmbito das universidades estaduais paulistas, reforça a autonomia universitária e as liberdades democráticas, e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 444/2026, DE 12/05/2026</u></b>  Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, a Política Estadual do Cuidado, autoriza a criação do Cuida São Paulo, do Programa Mães</p>

	<p>Guardiães, do Programa de Treinamento Parental Qualificado e do SOS Cuidador, voltados às mães, responsáveis familiares e cuidadores de pessoas com deficiência, pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento, doenças raras, dependência funcional ou altas necessidades de apoio, e dá outras providências.</p>
<p><b>11/05/2026</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 442/2026, DE 11/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a responsabilização administrativa por danos ao patrimônio público no âmbito das universidades estaduais do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 440/2026, DE 11/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de unidades habitacionais para famílias com renda de até 1 (um) salário mínimo nos programas habitacionais do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 439/2026, DE 11/05/2026</u></b>  Dispõe sobre a responsabilização de professores, reitores e prefeitos dos "campi" em caso de greve de alunos</p>
<p><b>Publicação TCE</b></p>	<p><b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b></p>
<p><b>13/05/2026</b></p>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA  <b><u>COMUNICADO GP Nº 19/2026</u></b>  O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais, e acolhendo solicitação da Atricon, COMUNICA aos Municípios jurisdicionados sobre a realização do evento "Rotas da Equidade – Como alcançar a Condicionalidade III do VAAR/FUNDEB", promovido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC).  Trata-se de ação formativa e orientadora, voltada ao apoio técnico para cumprimento da condicionalidade e ampliação do acesso aos recursos da complementação do VAAR/FUNDEB, hoje em torno de R\$ 7,5 bilhões anuais, beneficiando cerca de 3 mil redes de ensino. Serão, ainda, apresentadas devolutivas personalizadas sobre equidade racial por Município, protocolos de resposta ao racismo nas escolas, referenciais de implementação da equidade e cadernos orientativos para a gestão das diferentes modalidades educacionais. O Tribunal recomenda fortemente a participação de Prefeitas, Prefeitos e equipes técnicas, em razão da relevância do tema para a melhoria dos resultados educacionais e para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos da educação.  Data: 18 de maio de 2026, às 14h  Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília (DF)  Inscrições pelo formulário eletrônico:  <a href="https://forms.gle/8Dyz4A3vjdGa3qov9">https://forms.gle/8Dyz4A3vjdGa3qov9</a>  Publique-se.  São Paulo, 12 de maio de 2026.  <b>CRISTIANA DE CASTRO MORAES</b></p>

	<p>PRESIDENTE</p> <p><b><u>COMUNICADO GP Nº 18/2026</u></b></p> <p>O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando o disposto no Calendário de Obrigações do Sistema AUDESP para o exercício de 2026, bem como as orientações relativas à Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor, COMUNICA aos órgãos jurisdicionados que:</p> <p>1. Obrigatoriedade</p> <p>É obrigatório o envio, por meio do Sistema AUDESP – Fase V (Prestação de Contas), das informações relativas à prestação de contas dos repasses financeiros ao Terceiro Setor, referentes ao exercício de 2025, decorrentes de contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento e convênios firmados a partir de 1º de junho de 2023 pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Estado de São Paulo.</p> <p>(...)</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>14/05/2026</b>	<p><b><u>LEI Nº 18.463, DE 13 DE MAIO DE 2026</u></b></p> <p>(Projeto de Lei nº 354/26, do Executivo)</p> <p>Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais referente ao ano de 2026, na forma que especifica.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>